

Histórico

Não se pode precisar a fundação de Alcântara, mas o certo é que em 1612 já havia um aglomerado de aldeias das quais ela fazia parte com o nome significativo de Tapuitapera (terra dos índios).

Com a vinda da expedição de Daniel de La Touche, senhor de La Lavadière, e a constante infiltração de franceses nas tribos indígenas, estabeleceram-se relações amistosas com aqueles. Pouco depois, batizava-se o primeiro alcantareense com o nome de Martinho Francisco. Em sua taba, ergueu-se uma capela, e conta-se ter sido celebrada aí a primeira missa em terras de Alcântara.

Após a expulsão dos franceses, firmou-se o domínio português, mas a importância da aldeia não foi diminuída. Entre 1616 e 1618, começou a colonização portuguesa em Tapuitapera, com um pequeno presídio que os índios destruíram mais tarde.

Com a subdivisão das capitanias do Maranhão e do Grão-Pará, Tapuitapera passou à condição de cabeça da capitania de Cumã, doada pelo 1.º Governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, ao seu irmão Antônio Coelho de Carvalho, a 19 de março de 1624. Entretanto, não parece ter o donatário dado rápido desenvolvimento à capitania, pois em 1641, ao tempo da invasão holandesa, foi ela abandonada após breve período de ocupação.

O progresso da aldeia só foi observado em 1648, quando elevada à categoria de vila, com o nome de Alcântara, sob a invocação do apóstolo São Matias. A essa época já existia uma igreja de pedra e cal dedicada a São Bartolomeu, e já estavam erguidos os primeiros engenhos de açúcar.

Logo depois da criação da vila, iniciou-se a construção do Convento Nossa Senhora dos Remédios que mais tarde passou à invocação de Nossa Senhora das Mercês, depois, do Convento de Nossa Senhora do Carmo, obra também vultosa. Alcântara prosperou progressivamente em todos os setores e tornou-se o maior centro produtor da Província, em que se contavam as grandes fortunas da época. Sem dúvida o que muito contribuía para o seu enriquecimento era o número elevado de escravos.

Tornou-se habitual entre as famílias ricas enviar filhos a Coimbra para ali se educarem, já que a vila só dispunha de escolas de primeiras letras, prolongando-se essa prática por muitos anos. Contribuía para isso o número elevado de famílias constituídas por colonos portugueses ali radicados, em maioria de origem fidalga. Mais tarde, com a criação do curso jurídico no Brasil, Olinda substituiu Coimbra.

Em 1835 foi criada a Comarca, sendo seu primeiro promotor Clóvis Bevilacqua. Em 1836, foi elevada a categoria de cidade, fase em que atingiu o apogeu de sua grandeza. Gradativamente, porém, Alcântara perde o primado na produção maranhense, refletindo-se o declínio das atividades econômicas em sua vida social.

Em 22 de dezembro de 1948, data do tricentenário de sua elevação a vila, Alcântara foi considerada "Cidade Monumento Nacional".

Gentílico: alcantareense

Formação Administrativa

Elevado à categoria de vila com a denominação de Alcântara, em 22-12-1648.

Distrito criado com a denominação de Alcântara, em 1754.

Pela Provisão Régia de 07-11-1805, é criado o distrito de Santo Antônio e Almas e anexado ao município de Alcântara.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Alcântara, pela lei provincial nº 24 de 05-07-1836.

Pela lei provincial nº 73, de 23-07-1838, é criado o distrito de São João Cortes e anexado ao município de Alcântara.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 5 distritos: Alcântara, Raimundo-Su, São João de Côrtes, Jacioca e Santo Antônio e Almas.

Pela lei estadual nº 801, de 21-04-1918, desmembra do município de Alcântara o distrito de Santo Antônio e Almas. Elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 75, de 22-04-1931, é extinto o município de Godofredo Viana (ex-Bequimão), sendo seu território anexado ao município de Alcântara.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 3 distritos: Alcântara, Bequimão e São João Cortes.

Pelo decreto-lei estadual nº 855, de 19-06-1935, desmembra do município de Alcântara o distrito de Bequimão. Elevado novamente à categoria de município.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 2 distritos: Alcântara e São João de Cortes.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 2 distritos: Alcântara e São João de Cortes.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Alcântara e São João Cortes.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.